SPE - CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA ZONA DA MATA S.A.

CNPJ nº 21.563.512/0001-36

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R$)

Ativo	**Notas**	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102	191
Contas a receber	5	804	1.056
Tributos a recuperar	6	414	200
Outros créditos	-	10	4
Despesas antecipadas	-	39	77
Total do ativo circulante		**1.369**	**1.528**
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	3.500	3.850
Intangível líquido	8	2.001	1.657
Total do ativo não circulante		**5.501**	**5.507**
Total do ativo		**6.870**	**7.035**
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Passivo circulante			
Fornecedores	-	143	203
Obrigações trabalhistas e sociais	9	609	514
Impostos e contribuições a recolher	10	256	240
Parcelamento de tributos	-	211	215
Adiantamento de clientes	-	13	160
Outras contas a pagar	-	34	25
Total do passivo circulante		**1.266**	**1.357**
Passivo não circulante			
Parcelamento de tributos	-	177	262
Lucros a distribuir	7	382	382
Provisão para demandas judiciais	11	-	-
Total do passivo não circulante		**559**	**644**
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	4.500	4.500
Reserva legal	12.2	534	534
Reserva de lucros	-	-	-
Lucros acumulados	-	11	-
Total do patrimônio líquido		**5.045**	**5.034**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.870**	**7.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais - R$)

	Notas	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Receita líquida	13	3.352	6.113
Custo dos serviços prestados	14	(3.020)	(3.389)
Resultado bruto		**332**	**2.724**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(271)	(244)
Outras receitas e (despesas)	16	(24)	19
		(295)	**(225)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		37	2.499
Despesas financeiras	17.1	(44)	(51)
Receitas financeiras	17.2	32	40
Resultado financeiro		**(12)**	**(11)**
Resultado antes do IR e CS		**25**	**2.488**
IR e CS sobre o lucro	18	(14)	(836)
Lucro líquido do período		**11**	**1.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do fluxo de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais - R$)

Atividades operacionais	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Resultado antes do IR e contribuição social	25	2.488
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização e depreciação	98	91
Provisão para demandas judiciais	-	1
Provisão /(reversão) para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	32	3
	155	**2.583**
(Aumento) / redução dos ativos		
Contas a receber	220	(120)
Tributos a recuperar	(214)	(154)
Créditos diversos	(6)	27
Despesas antecipadas	38	56
Aumento / (redução) dos passivos		
Fornecedores	(60)	(78)
Obrigações trabalhistas e sociais	95	127
Impostos e contribuições a recolher	2	(26)
Parcelamento de tributos	(89)	(77)
Adiantamento de clientes	(147)	(34)
Outras contas a pagar	9	5
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**3**	**2.309**
Imposto de renda e contribuição social, pagos	-	(545)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**3**	**1.764**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(442)	(124)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(442)**	**(124)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	350	-
Distribuição de lucros	-	-
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamento	350	-
Aumento /(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(89)**	**1.640**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	191	903
No final do período	102	2.543
Aumento /(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(89)**	**1.640**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos de seis meses em 30 de junho de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais - R$)

	30/06/2025	**30/06/2024**
Lucro líquido do período	11	1.652
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**11**	**1.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de seis meses em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais - R$)

			Reservas			
	Nota	**Capital Social**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**4.500**	**430**	**308**	**-**	**5.238**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.652	1.652
Saldo em 30 de junho de 2024		**4.500**	**430**	**308**	**1.652**	**6.890**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	426	426
Contitução de reserva legal	12.3	-	104	-	(104)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	-	(494)	(494)
Destinação para Reserva de lucros	-	-	-	1.480	(1.480)	-
Dividendos adicionais propostos distribuídos	12.4	-	-	(1.788)	-	(1.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**4.500**	**534**	**-**	**-**	**5.034**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	11	11
Saldo em 30 de junho de 2025		**4.500**	**534**	**-**	**11**	**5.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais – R$)

1. Informações gerais: A **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A.** ("**Companhia**") é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Goiana na Rodovia MG 353, Km 38, s/n, sala A, localizada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi fundada em 24 de novembro de 2014. A Companhia tem por objeto social o cumprimento ao contrato de concessão patrocinado celebrado junto ao Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), decorrente do Edital de Concorrência nº 26/2014 destinado à exploração de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata incluindo a operação e campo de aterrissagem, devendo a Companhia manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança e às suas expensas, os bens que integram a concessão durante a vigência do contrato de concessão patrocinada efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos serviços prestados. A concessão patrocinada consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação. O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos, tendo iniciado em dezembro de 2014. A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelos acionistas e diretores em 19 de agosto de 2025. **2. Base de preparação:** O exercício social da Companhia inicia-se no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano e ao fim de cada exercício social são elaboradas as demonstrações financeiras na forma prevista pelo artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas para atender uma demanda do poder Concedente do Estado de Minas Gerais. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em Milhares de Reais (R$ mil). As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** As demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionados, principalmente, a elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis materiais - 3.1. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR). **3.2. Ativos intangíveis - Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1):** A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O contrato de concessão estabelecido entre a Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a SPE – Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata. O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido. **Amortização:** A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão. **3.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia avalia periodicamente a necessidade de mensuração a valor presente de ativos e passivos de longo prazo, bem como de ativos e passivos de curto prazo quando o efeito for relevante, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 30 de junho de 2025 não existiam transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados por valores próximos aos respectivos valores presentes. **3.4. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios. **3.5. Provisões - 3.5.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **3.5.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração - 3.6.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros. As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem aplicações financeiras. **3.6.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual, sempre que aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. **3.8. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3.9. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras intermediárias com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.10. Fornecedores:** São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante. **3.11. Apuração de resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **3.12. Receita líquida - 3.12.1. Receitas:** As receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia: **Concessão patrocinada:** A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades em conformidade com o contrato de concessão. **Tarifas de pouso e permanência:** A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave. **Tarifas de embarque e navegação aeroportuária:** A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros. **Estacionamento:** A Companhia presta serviços de estacionamento e permanência de veículos nas dependências do aeroporto. **Serviços de apoio a aeronaves (handling):** A Companhia presta serviços de apoio a aeronaves, passageiros, carregamento e descarregamento de bagagem. A receita proveniente dos serviços é reconhecida no resultado mensalmente. **Locações de áreas:** São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **3.12.2. Tributos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: • Programa de Integração Social (PIS) –1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) –7,60%; • Imposto sobre Serviços (ISS) – 2%. **3.13. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, as despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Caixa	1	1
Bancos - conta movimento	-	-
Aplicações financeiras **(a)**	88	176
Numerários em trânsito	13	14
Total	**102**	**191**

(a) As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber:	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Concessão patrocinada - Secretaria do Estado de Transporte **(a)**	326	524
Clientes nacionais	332	217
Locações de áreas a receber	196	313
Outros créditos a receber	31	51
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(81)	(49)
Total	**804**	**1.056**

(a) Valores a receber decorrente da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão.

6. Tributos a recuperar:	**30/06/2025**	**31/12/2024**
INSS retido a compensar	11	11
CSLL a compensar	46	16
IRPJ retido sobre faturas	337	153
IRRF sobre aplicações financeiras	20	20
Total	**414**	**200**

7. Partes relacionadas: A composição dos saldos do ativo está demonstrada a seguir:

Descrição	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Socicam Administração, Proj. e Repr. Ltda.	2.735	2.980
Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.	765	870
Total	**3.500**	**3.850**

Representam operações de crédito em conta corrente com os sócios sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros. A composição dos saldos do passivo está demonstrada a seguir:

Descrição	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Lucros a distribuir	382	382
Total	**382**	**382**

Representam os lucros e dividendos já destinados em exercícios anteriores a serem distribuídos aos acionistas na respectiva proporção de participação na Companhia.

8. Intangível líquido	30/06/2025			31/12/2024
	Custo	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Benfeitorias em propriedade de terceiros **(a)**	1.778	(189)	1.589	1.258
Máquinas e equipamentos	850	(582)	268	232
Equipamentos de informática	434	(335)	99	103
Móveis e utensílios	294	(275)	19	27
Veículos	246	(243)	3	3
Software	155	(132)	23	34
Total	**3.757**	**(1.756)**	**2.001**	**1.657**

(a) Referem-se às melhorias no sistema de alarme de incêndio do Aeroporto Presidente Itamar Franco as quais são de responsabilidade da Companhia conforme definido em contrato de Concessão. A obra foi finalizada em julho/21 com início da amortização em agosto/2021. A movimentação do intangível para o período findo em 30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	30/06/2025	**31/12/2024**
Saldo inicial	1.657	1.450
(+) Adições	442	394
(-) Amortização	(98)	(187)
Saldo final	**2.001**	**1.657**

9. Obrigações trabalhistas e sociais:	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Salários a pagar	125	117
Encargos sobre salários	104	100
13º salário, férias e encargos a pagar	370	297
Outras obrigações trabalhistas	10	-
Total	**609**	**514**

10. Impostos e contribuições a recolher:	**30/06/2025**	**31/12/2024**
PIS a recolher	24	17
COFINS a recolher	110	77
ISS a recolher	19	11
IRPJ e CSLL a recolher	14	-
Impostos retidos a recolher	25	8
PIS/COFINS/ISS diferidos	64	127
Total	**256**	**240**

11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante os tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e fiscais. A Administração, com base nas avaliações de seus advogados, concluiu que não há processos judiciais ou administrativos com riscos prováveis de um desembolso de caixa em 30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro de 2024. **Processos possíveis:** Em 30 de junho de 2025 a Companhia possuía 1 ação com prognóstico de perda possível, totalizando R$ 135, de natureza trabalhista relativa a verbas rescisórias e equiparação salarial. **12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social:** Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 4.500 e está representado por 4.500.000 ações no valor de R$ 1 (valor expresso em Reais) cada, assim distribuído:

	%	**Ações**	**R$**
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	70	3.150.000	3.150
Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.	30	1.350.000	1.350
	100	**4.500.000**	**4.500**

12.2. Reserva legal: É constituída, ao final de cada exercício social, com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal. **12.3. Destinação do lucro líquido:** A destinação do lucro líquido é realizada de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.637/07), sendo que o lucro líquido do exercício disponível, após a compensação dos prejuízos acumulados e após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2024 está assim demonstrado:

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	2.078
(-) Reserva legal – 5%	(104)
(=) Base de cálculo para os dividendos	**1.974**
(x) Dividendos mínimos obrigatórios - %	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios – R$	**494**

12.4. Dividendos adicionais propostos distribuídos: Referem-se a dividendos adicionais propostos aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram ratificados em Assembleia realizada em 2025 para deliberação sobre a destinação dos lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

13. Receita líquida:	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Concessão patrocinada	905	1.952
Tarifas de pouso	314	495
Tarifas de permanência	25	126
Tarifas de embarque	1.682	2.517
Tarifas de navegação aeroportuária - (DECEA)	31	80
Estacionamento	516	842
Controle de acesso terminal aeroportuário	11	-
Locações de áreas	477	545
Extensão no horário de funcionamento do aeroporto	78	185
Serviços de carga	25	313
(-) Serviços cancelados	(3)	-
(-) Tributos sobre a receita	(709)	(942)
Total	**3.352**	**6.113**

14. Custos dos serviços prestados:	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Custo de pessoal	(1.773)	(1.746)
Prestadores de serviços	(858)	(1.096)
Seguros	(36)	(60)
Materiais (limpeza, elétricos, hidráulicos, sinalização e outros)	(65)	(160)
Energia, água, telefone e outros	(184)	(211)
Amortização	(91)	(84)
Outros custos	(13)	(32)
	(3.020)	**(3.389)**

15. Despesas gerais e administrativas:	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Viagens e representações	(27)	(19)
Aluguel	(104)	(76)
Combustíveis e peças	(55)	(114)
Outras despesas	(85)	(35)
	(271)	**(244)**

16. Outras receitas e despesas:	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Perda na recuperação de créditos	(24)	-
Recuperação de créditos	-	19
	(24)	**19**

17. Resultado financeiro líquido: 17.1. Despesas financeiras:

Descrição	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Despesas bancárias	(2)	(2)
Juros e multas	(32)	(24)
Outras despesas financeiras	(10)	(25)
Total	**(44)**	**(51)**

17.2. Receitas financeiras

Descrição	**30/06/2025**	**30/06/2024**
Descontos obtidos	2	3
Receitas de aplicações financeiras	1	35
Juros e multas recebidos	29	2
Total	**32**	**40**

18. Imposto de renda e contribuição social: O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	30/06/2025	**30/06/2024**
Resultado antes do IR e contribuição social	25	2.488
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e contribuição social pela alíquota combinada	9	846
(+) Adições	7	4
(-) Exclusões	(1)	(2)
Efeito do limite do adicional de imposto de renda	(1)	(12)
Total do IR e contribuição social	**14**	**836**

19. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir: **19.1. Gerenciamento de risco:** A Companhia possuí operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. **19.2. Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **19.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração. Em 30 de junho de 2025 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras intermediárias. **20. Cobertura de seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 30 de junho de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja a cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma: **(i)** Seguro garantia R$ 7.073; **(ii)** Seguro de responsabilidade civil R$ 2.500; **(iii)** Seguro de equipamentos R$ 100; **(iv)** Seguro materiais, patrimoniais e prediais R$ 107.100. **21. Eventos subsequentes:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras intermediárias não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Alexander Cerqueira Silva
Presidente

Pedro Américo Mendes de Castro
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador - 1SP243887/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A.** Goianá – MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A.** ("**Companhia**") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Propósito específico dessas demonstrações financeiras intermediárias:** Sem modificar nossa opinião chamamos a atenção para o propósito específico da apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias elaboradas para atender uma demanda do poder Concedente do Estado de Minas Gerais. Consequentemente, as demonstrações financeiras intermediárias podem não ser adequadas para outro fim. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2025.

bakertilly **Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3

Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Fique bem informado todo dia

Siga nosso canal
no Whatsapp através do link
https://bit.ly/Comunidade-dc
ou pelo qrcode